



XXXVII

**CONGRESSO ESTADUAL
DE SECRETARIAS MUNICIPAIS
DE SAÚDE DO PARANÁ**

Carta de Foz - XXXVII Congresso do Cosems Paraná

As Secretárias e os Secretários Municipais de Saúde, reunidos no XXXVII Congresso Estadual de Secretarias Municipais de Saúde do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu – PR, nos dias 11 a 13 de novembro de 2025, reafirmam o compromisso com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da ampliação do acesso universal, integral, equânime e de qualidade às ações e serviços públicos de saúde e, sobretudo, da defesa incondicional do direito à vida com cuidado acolhedor, resolutivo e humanizado.

Assim, as Secretárias e os Secretários Municipais de Saúde do Estado do Paraná reiteram a necessidade de diálogo permanente entre os entes federados para garantir financiamento adequado tripartite, com vistas à manutenção e ampliação das conquistas obtidas ao longo dos anos no SUS do Paraná. Para tanto, propõem atuação integrada da gestão tripartite nos seguintes eixos:

1. Regionalização e Governança

Fortalecer o processo de regionalização da saúde no Paraná, revisando o Planejamento Regional Integrado (PRI), analisando normativas vigentes, auxiliando na definição de competências entre os entes federados e na instituição do Comitê Estadual de Regionalização e Redes de Atenção à Saúde, com atenção especial às regiões de fronteira.

Mapear e superar desigualdades regionais no acesso aos serviços, identificando vazios assistenciais e enfrentando barreiras geográficas e de transporte, com foco nas regiões remotas e de fronteira.

Apoiar e qualificar a gestão municipal, promovendo o uso efetivo do PRI como instrumento de decisão e incentivando gestores a documentar fragilidades e construir planos de avanço em diferentes escalas, fortalecendo a governança do SUS.

2. Financiamento e Sustentabilidade



XXXVII

CONGRESSO ESTADUAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO PARANÁ

Enfrentar o subfinanciamento crônico da saúde, denunciando seus impactos sobre a regionalização e a sustentabilidade municipal, garantindo a justa repartição dos recursos e o fortalecimento do pacto federativo.

Defender a construção da Política Nacional de Regionalização, assegurando financiamento federal adicional, sustentável e permanente.

Alinhar os mecanismos de cooperação intermunicipal, considerando os Consórcios Intermunicipais de Saúde como instrumentos estratégicos de regionalização.

Afirmar a boa governança como princípio basilar da gestão pública em saúde, com ênfase em planejamento, rastreabilidade e uso responsável dos recursos, transformando normas complexas em práticas eficientes e transparentes.

Reforçar a integridade na aplicação das emendas parlamentares, assegurando que sejam utilizadas de forma técnica, transparente e alinhada aos instrumentos de planejamento do SUS, convertendo-se em investimentos estruturantes e sustentáveis.

Apoiar os municípios na gestão de custos, promovendo capacitações regionais e integrando gestores e profissionais assistenciais na lógica de sustentabilidade financeira.

Apoiar a qualificação das compras públicas e a responsabilização dos fornecedores, garantindo qualidade e eficiência na aquisição de materiais e insumos.

Reafirmar o financiamento do SUS como compromisso com a vida e a equidade, e não apenas como questão contábil.

3. Atenção Primária à Saúde (APS)

Fortalecer a APS como eixo estruturante do sistema e espaço privilegiado de produção de vida nos territórios.

Promover o resgate dos atributos essenciais da APS — acesso, coordenação, continuidade e integralidade — em consonância com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB).



XXXVII

CONGRESSO ESTADUAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO PARANÁ

Induzir a discussão sobre o modelo de atenção conforme as prioridades sanitárias de cada território, com abordagem intersetorial e participação dos profissionais.

Estimular a regulação a partir da APS, qualificando a integração com a atenção especializada e o cuidado compartilhado.

Buscar o aprimoramento do financiamento da APS, garantindo remuneração adequada e estabilidade das equipes, de modo a reduzir a rotatividade e assegurar a composição multiprofissional completa.

Promover o uso da teleconsulta e da telessaúde, buscando agenda específica para médicos e enfermeiros e fortalecendo a conectividade nos territórios.

Incentivar a estratificação de risco e o uso de dados e indicadores para o planejamento local, com foco em interoperabilidade e análise da informação como instrumento de gestão.

4. Educação Permanente em Saúde

Apoiar ações de qualificação e formação dos profissionais e gestores de saúde, assegurando capacitação contínua para atuação na lógica da regionalização e da governança.

Fortalecer processos de educação permanente centrados nas necessidades dos territórios e na valorização do trabalhador do SUS.

Capacitar e fortalecer os Conselhos Municipais de Saúde, consolidando seu papel no controle social e na gestão participativa.

5. Saúde Digital

Fortalecer e apoiar os municípios na implementação de estratégias de saúde digital, ampliando o uso de tecnologias da informação e comunicação para reduzir iniquidades e garantir conectividade.

Estimular a interoperabilidade entre sistemas, a inserção qualificada dos dados e o uso de informações em tempo real para subsidiar decisões de gestão, com eficiência, eficácia e



efetividade.

6. Atenção às Regiões de Fronteira e Migração

Apoiar a criação de políticas públicas específicas para regulamentar e integrar imigrantes e populações fronteiriças, considerando os impactos sobre os serviços locais e o desenvolvimento de modelos de atenção adequados, com integração entre territórios e países limítrofes.

7. Atenção à Pessoa com Deficiência e TEA

Apoiar a implementação de políticas integradas de atenção às pessoas com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista (TEA), assegurando integralidade do cuidado em todos os ciclos de vida e promovendo autonomia e participação social.

Estimular o fortalecimento da rede de reabilitação e ampliar a implantação de Centros Especializados em Reabilitação (CERs), com financiamento tripartite sustentável.

Estimular práticas intersetoriais e a integração multiprofissional, valorizando saberes técnicos e populares e construindo fluxos específicos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

8. Atenção Especializada

Utilizar a Política Nacional de Atenção Especializada (PNAES) como indutora da reorganização da rede, com foco na ampliação do acesso e da equidade.

Incentivar o funcionamento ininterrupto dos serviços de referência municipais (24 horas), qualificando fluxos de transporte, regulação e comunicação entre níveis de atenção, especialmente em regiões de fronteira.

Apoiar estratégias de capacitação dos profissionais de saúde, em parceria com instituições de ensino e fomentar o compartilhamento de boas práticas municipais.

9. Vigilância em Saúde como Eixo Estruturante do SUS



XXXVII

CONGRESSO ESTADUAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO PARANÁ

Fortalecer a Vigilância em Saúde como eixo fundante do SUS, integrando as vigilâncias ambiental, epidemiológica, sanitária e de saúde do trabalhador.

Apoiar a formação de gestores e trabalhadores para identificar riscos e implementar práticas inovadoras de promoção e prevenção.

Incentivar a promoção ações educativas e comunicacionais para aumentar as coberturas vacinais e fortalecer o vínculo do SUS com a população.

Incentivar o uso de ferramentas digitais e painéis dinâmicos para construção de territórios inteligentes e fortalecimento da vigilância ativa.

Defender o financiamento tripartite estável para ações de vigilância articuladas à Atenção Primária à Saúde.

Viva o SUS!

Viva a Saúde do Paraná!

Foz do Iguaçu, 13 de novembro de 2025.